

24 JUL 1984

Com ou sem perdão

EC

Paulo Rabello de Castro, editor da "conjuntura econômica", da FGV, sustenta que o futuro presidente pode comprar uma bela briga com os credores do Brasil: o não pagamento dos "spreads" e das comissões, até aqui admitidos em posição de "devedor submisso". E somos, por definição e natureza, um "devedor soberano". Se não podemos tabelar os juros de mercado, devemos espichar os prazos, reciclar os fluxos e rejeitar os "spreads" — agora que os banqueiros europeus, mordidos de remorso coletivo, prometem aliviar nosso fardo.

Para Rabello de Castro, não temos de discutir se podemos ou não podemos pagar a dívida nos termos contratados, mas se devemos ou não devemos rasgar os contratos injustos e lesivos ao devedor. Neste caso, com perdão ou sem perdão, o cumprimento ou não das metas patrulhadas pelo FMI resultará em compromisso secundário.

Na administração das contas externas, segundo Rabello de Castro, não podemos perder de vista o elástico físico da economia: a real capacidade de importar. No momento, nas contas do autor, o Brasil só pode importar, por ano, em mercadorias e serviços, um máximo de US\$ 13,5 bilhões.

Um programa de reativação da economia, PIB voltando a crescer de 6,5% ao ano, reclamaria importações de US\$ 20 bilhões, por baixo.

Outro estrangulador das propostas de reativação: o danado do "déficit" público, o nominal. Ao contrário da Seplan que prefere confinar o problema ao chamado "déficit" real ou operacional (que teria baixado de 7% do PIB, em 1981, para apenas 0,5% do PIB, agora, em 1984), Rabello de Castro não abre mão do "déficit" nominal, entendido como o real acréscimo da correção monetária e/ou cambial da dívida interna e da dívida externa.

Como ignorar o custo financeiro do endividamento público? Como descartar, para efeito de contabilidade do "déficit" governamental, o financiamento interno e externo do gigantesco buraco negro?

No conceito do "déficit" nominal, a coisa vai mal, subindo de 12,5% do PIB, em 1981,

para exatos 20% do PIB, nesta altura do calendário. Se o FMI leva em conta o "déficit" operacional e não o nominal, viva o orgulho nacional.

Fisicamente, porém, são outros quinhentos por cento. Em 1981, o financiamento do "déficit" mobilizava uma poupança interna para cada duas poupanças externas. Os bancos lá fora reciclavam tudo, rolavam tudo, refinanciavam tudo, renovavam tudo. Este ano, o financiamento do "déficit" de 20% do PIB tem a seguinte cobertura: 18,6% de poupança interna e apenas 1,4% de poupança externa.

Resultado: ninguém mais segura a bola de neve da dívida pública interna, que já se aproxima dos Cr\$ 44 trilhões... A cada virada do mês, ela assume uma gordura escritural de Cr\$ 4 trilhões.

Sintam os caprichos da política monetária sofisticada: enquanto a sociedade vigia a emissão de moeda: cuja base expande-se de 116% ao ano, o Tesouro Nacional amplia a dívida pública federal, com injeção de haveres não-monetários da ordem de 240% ao ano.

Para ficar na posição oficial de abril, o sistema financeiro nacional trabalha com 9 não-moedas para cada moeda. Deve ser um caso único na história do capitalismo universal, essa relação de 9 para 1. Em 30 de abril, o sistema financeiro somava exatamente Cr\$ 100 trilhões, dos quais Cr\$ 9,9 trilhões de haveres monetários e Cr\$ 90,1 trilhões de haveres não-monetários (liderados pelos títulos públicos e pelas cadernetas de poupança).

Essa massa crítica de poupança sem lastro em produto é movida a golpes de correção monetária. A tal de indexação ampla, geral e irrestrita, que faz da dívida pública uma energia autotélica: a alegria da compra e a alegria da venda.

Desindexar para sobreviver — proclama Octávio Gouveia de Bulhões, paladino do tratamento de choque. A eliminação sumária da correção monetária seria o produto de partida para a rearrumação geral da economia fora de esquadro.

Claro, desde que a poupança de calças curtas não busque

refúgio no paralelo do dólar, ela que não ouse fazer posição em produto sem consumo.

Uma nova gandaia do "black" desmontaria a política cambial a partir da desorganização física e fiscal dos fluxos de comércio exterior, mastro do pano de circo da economia hipotecada em dólar.

A "máxi" de 150% teria de ser decretada em menos de 90 dias.

Pelo sim, pelo não, o ministro Ernane Galvêas reafirma que "não vamos atacar de "waiver" (perdão) pelas metas do primeiro semestre e temos condição de oferecer ao FMI, nosso "pai" rancoroso, um boletim escolar com notas positivas de aplicação e comportamento.

Única nota em vermelho, para variar, é a da inflação. O Brasil queria fechar o semestre com taxa acumulada de 63,1%, com precisão no depois da vírgula. Mas não deu, a coisa ficou em 75,6%.

Em compensação, outras metas não menos "eliminatórias" em qualquer exame de graduação foram olímpicamente superadas.

Para o embaixador José Botafogo Gonçalves, coordenador de assuntos internacionais da Seplan, os bons resultados na administração das contas externas favorece a tentativa brasileira — ainda não manifestada, formalmente — de eliminar o "spread" (taxa de risco, além da taxa de juros) nos termos da próxima rodada de renegociação da dívida.

O ministro britânico das finanças, Geoffrey Howe, discorrendo sobre a "the debt mess" do terceiro mundo, informou ao Parlamento que os bancos aguardam a assembleia anual do FMI, em fins de setembro, para a renegociação geral dos contratos com o Brasil...

A melhor notícia vem de Washington e passou em branco pelo fim de semana. Na quinta-feira, contrariando a expectativa de democratas e republicanos, o presidente Reagan baixou um "pacote" econômico que reduz, de US\$ 63 bilhões, o "déficit" orçamentário do exercício fiscal em curso.

De um lado, uma redução de US\$ 13 bilhões por redução de despesas. De outro, uma injeção de US\$ 50 bilhões por aumento de impostos.